

Por Antonio Penteado Mendonça



Até hoje a saúde brasileira sempre foi ameaçada pelo “menos”, principalmente pelo menos interesse e todas as distorções decorrentes dele. Menos leitos, centros de atendimento, equipamentos, medicamentos, etc. E o resultado sempre foi o “mais”. Mais filas, demoras, complicações e mortes desnecessárias.

A pandemia da covid19 teve o mérito de mostrar que o SUS funciona e que, se prestarem mais atenção em suas necessidades, deficiências e mau uso, a saúde brasileira pode ter outra cara, muito mais eficaz, proativa e útil para a sociedade.

Agora o setor de saúde e, dentro dele, os planos de saúde privados, estão diante de uma ameaça inusitada e absurda. Uma ameaça decorrente do excesso e de suas consequências desastrosas. Quem tem dúvida delas, basta olhar o que acontece com os cursos jurídicos, o exame da Ordem dos Advogados do Brasil, a reprovação de mais de 90% dos candidatos a advogados e sua atuação profissional em ramos tão diferentes quanto motoristas de aplicativos, caixas de bancos e até ascensoristas de prédios de Ministérios, em Brasília.

Nada contra essas profissões, mas, para exercê-las, não é preciso cursar uma faculdade de direito, com os custos diretos e indiretos envolvidos, para não falar na enorme frustração do aluno que não consegue lugar no mercado de trabalho com o qual sonhou e, hipoteticamente, se preparou.

O Brasil está diante da ameaça de ter 50 mil médicos formados por ano. É um número muito acima do necessário e que vai criar um círculo tão negativo quanto o dos bacharéis de direito. Não tem trabalho para essa quantidade de médicos. Então, parte dos formandos não conseguirá lugar na atividade e o custo de sua formação será dinheiro jogado fora, num país que tem poucos recursos para a educação.

O Professor Dr. Raul Cutait é extremamente claro na sua exposição sobre o desserviço prestado por esta realidade. A primeira questão a ser analisada é a qualidade profissional dos alunos formados por parte das mais de cem novas faculdades de medicina abertas ao longo dos últimos anos, parte importante sem hospitais escola. O país não tem docentes qualificados para lecionarem em todas elas. Além disso, a solução adotada cria um outro problema: os hospitais do SUS que deveriam fazer este papel, não são hospitais escola, então os alunos também não terão onde praticarem para aprender.

O resultado será a queda da qualidade da medicina praticada no Brasil, com o aumento dos custos em função da incompetência e quem vai pagar a conta, em primeiro lugar, será a população mais pobre, que não tem acesso aos centros de excelência médica. Mas, em segundo lugar, os beneficiários dos planos de saúde também serão afetados. Alguns planos, pressionados pelos custos e pela concorrência, aceitarão profissionais menos capacitados em seus quadros de

prestadores de serviços e isso afetará seu atendimento, para não falar nos custos de responsabilidade civil pelos erros médicos cometidos.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 22.11.2021.